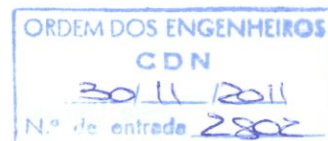




05288 2011-11-29



Ex.mo Senhor
Eng.º Carlos Matias Ramos
Bastonário da Ordem dos Engenheiros
Av. António Augusto de Aguiar, 3D
1069-030 LISBOA

*As herdeiras
do C.D. de Repação.
De acordo com
de cumprimentos.
Chui
2011-12-07*

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

0102/49/2

Assunto: Prémios de Investigação Manuel Rocha.

Ex.º Sr. Bastonário

Estão presentemente instituídos no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) os Prémios de Investigação Manuel Rocha, cujo Regulamento de atribuição consta do Despacho n.º 23145/2008 (2ª série), de 11 de Setembro, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, do qual se junta cópia.

Desde a sua criação, os Prémios de Investigação Manuel Rocha foram já atribuídos nos anos de 1982, 1985, 1987, 1992, 1999, 2002, 2003 e 2005. Recentemente, o júri respectivo concluiu a selecção dos três investigadores que se distinguiram no período da sua formação científica e tecnológica no LNEC (a alínea a) do artigo 2º do Regulamento). Neste último concurso, para o prémio individual, foi estabelecido o montante de 2000€.

Por força do disposto no nº 2 do artigo 24º da Lei nº 53-A/2010, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2011) está vedada a atribuição pelo LNEC de prémios pecuniários, estabelecendo o nº 16 do mesmo artigo que este regime tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas.

Considerando que é relevante reconhecer o elevado mérito e assim motivar os jovens investigadores, vimos solicitar à Ordem dos Engenheiros a disponibilidade para se constituir como patrocinador financeiro do Prémio Manuel Rocha. Naturalmente, esta solicitação tem em conta que este Prémio homenageia uma figura ímpar da Engenharia portuguesa e que desempenhou funções como Presidente Nacional da Ordem dos Engenheiros.



Este Laboratório Nacional está disponível para integrar este patrocínio no acordo mais vasto em que se formalize a concessão de prerrogativas especiais a eventos organizados pela Ordem nas instalações do LNEC.

Com os melhores cumprimentos, *e amizade*

O Conselho Directivo



Carlos Pina
Presidente do LNEC

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23145/2008

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 304/2007, de 24 de Agosto, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) é o laboratório do Estado que tem por missão empreender, coordenar e promover a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, bem como outras actividades científicas e técnicas necessárias ao progresso e à boa prática da engenharia civil;

Considerando que estão, presentemente, instituídos no LNEC os prémios de investigação Manuel Rocha, cujo regulamento consta do despacho, com data de 9 de Novembro de 2001, do Secretário de Estado das Obras Públicas;

Considerando, ainda, que ocorreram alterações legislativas significativas, nomeadamente a aprovação da nova Lei Orgânica do LNEC:

Determino o seguinte:

1 — É aprovado o Regulamento de Atribuição dos Prémios de Investigação Manuel Rocha anexo ao presente despacho.

2 — É revogado o Regulamento da Atribuição dos Prémios de Investigação Manuel Rocha constante do despacho n.º 24 455/2001 (2.ª série), de 9 de Novembro, do Secretário de Estado das Obras Públicas.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

3 de Setembro de 2008. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Regulamento da Atribuição dos Prémios de Investigação Manuel Rocha

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento define os termos da atribuição dos prémios Manuel Rocha relativos a investigação científica no domínio da engenharia civil e áreas afins, instituídos no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Artigo 2.º

Prémios Manuel Rocha

Os prémios de investigação Manuel Rocha destinam-se a galardoar:

a) Investigadores do LNEC que se hajam distinguido particularmente durante o período da sua formação na instituição;

b) Personalidades que se hajam distinguido de modo excepcional nas suas actividades, designadamente de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, no domínio da engenharia civil e áreas afins.

Artigo 3.º

Características dos prémios

1 — Os prémios referidos na alínea a) do artigo precedente consistem num diploma e num valor pecuniário.

2 — Os prémios referidos na alínea b) do artigo precedente consistem num diploma e numa placa alusiva.

Artigo 4.º

Critérios de atribuição dos prémios

1 — Para atribuição dos prémios mencionados na alínea a) do artigo 2.º são elegíveis os investigadores do LNEC em efectividade de funções à data da nomeação do júri previsto no artigo 5.º que tenham cumprido um período de formação de, pelo menos, três anos na instituição como assistentes de investigação, estagiários de investigação ou bolsiros LNEC de investigação científica e que tenham tido acesso à categoria de investigador auxiliar nos anos fixados pelo conselho directivo do LNEC no despacho de nomeação do júri.

2 — Os prémios referidos na alínea a) do artigo 2.º serão atribuídos tendo em consideração a contribuição dos galardoados, durante os respectivos períodos de formação no LNEC, para a consecução dos objectivos da instituição, e, complementamente, o mérito das suas actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

3 — Em cada ano de atribuição, os prémios referidos na alínea a) do artigo 2.º serão em número não superior a um quarto do número de investigadores elegíveis, podendo não ser atribuídos.

4 — Os prémios referidos na alínea b) do artigo 2.º serão atribuídos tendo em consideração a contribuição dos galardoados para o progresso da engenharia civil e, em particular, o mérito das suas actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Artigo 5.º

Procedimentos a adoptar

1 — A atribuição dos prémios referidos na alínea a) do artigo 2.º é da competência do conselho directivo do LNEC, sob proposta fundamentada de um júri constituído pelos directores de todas as unidades departamentais do LNEC e por três investigadores designados pelo conselho científico do LNEC, atento o disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 304/2007, de 24 de Agosto.

2 — Preside ao júri referido no número anterior, e tem voto de qualidade, o membro investigador-coordenador de idade superior.

3 — O valor pecuniário dos prémios referidos na alínea a) do artigo 2.º e o período a que dizem respeito é fixado pelo conselho directivo do LNEC no despacho de nomeação do júri.

4 — A atribuição dos prémios referidos na alínea b) do artigo 2.º é da competência do conselho directivo do LNEC, ouvida a comissão permanente, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

5 — Nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 304/2007, de 24 de Agosto, a atribuição dos prémios referidos na alínea b) do artigo 2.º do presente Regulamento é precedida de parecer obrigatório do conselho científico do LNEC.

6 — A atribuição nominal dos prémios é publicitada por afixação do respectivo despacho no átrio do Edifício Arantes e Oliveira, do LNEC, sem prejuízo da possibilidade de divulgação por outras formas.

7 — A atribuição dos prémios é, em princípio, bienal.

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 23146/2008

Considerando que o ensino náutico e a formação profissional marítimo-portuária, aos vários níveis, são fundamentais para o desenvolvimento da marinha mercante nacional e da actividade portuária;

Considerando as necessidades e exigências específicas de formação e certificação dos marítimos, decorrentes das Emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e Serviço de Quartos para os Marítimos, 1978 (STCW) e respectivas Directivas Comunitárias sobre a matéria;

Considerando que, tanto em Portugal como no estrangeiro, são ministrados cursos ou acções de formação de reconhecimento mérito, em áreas que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento do sector marítimo-portuário;

Considerando os objectivos definidos nas orientações estratégicas para o sector marítimo-portuário;

Considerando que no Orçamento de Estado para 2008 se encontra inscrita no Programa Apoios à Marinha de Comércio Nacional — Projecto “Formação de Quadros de Terra, Bolsas de Estudo” — uma verba no montante de € 150 000, destinada a promover a formação especializada no domínio das actividades marítimas e portuárias;

Considerando as propostas apresentadas pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.), determino o seguinte:

1 — Conceder bolsas de estudo para frequência de cursos de reconhecimento mérito, em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras, a:

a) Marítimos de nacionalidade portuguesa que possuam um curso de bacharelato em pilotagem ou em Engenharia de Máquinas Marítimas da Escola Náutica Infante D. Henrique, detentores do certificado de competência STCW de oficial chefe de quarto e um ano de tempo de embarque após a sua obtenção;

b) Marítimos de nacionalidade portuguesa, para os quais a obrigatoriedade a formação e consequente certificação no âmbito das exigências decorrentes das Emendas à Convenção STCW 78;

c) Indivíduos de nacionalidade portuguesa que possuam o curso da Escola Náutica Infante D. Henrique ou licenciatura de outro estabelecimento de ensino superior e que desenvolvam a sua actividade profissional no sector marítimo-portuário;

d) Indivíduos de nacionalidade dos países de língua portuguesa (PLP), que tenham celebrado com Portugal acordos de cooperação em matéria de formação e ou certificação para o sector marítimo-portuário, desde que a formação se realize em Portugal.

2 — As bolsas destinam-se, pela ordem seguinte, a:

a) Candidatos a que se referem as alíneas a), b) e c) do número anterior, propostos por entidades públicas ou privadas cuja actividade